

Decisão sobre a definição dos valores de água não faturada

Informação	I-000082/2020
Serviço(s)	Abastecimento de água
Data	23 de janeiro de 2020

A taxa de recursos hídricos (TRH) foi criada pela Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação em vigor), tendo sido disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho (que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos), visando compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico do Estado, da descarga direta ou indireta de efluentes sobre os recursos hídricos suscetível de causar impacte significativo, da extração de materiais inertes do domínio público hídrico do Estado, da ocupação de terrenos ou planos de água do domínio público hídrico do Estado, da utilização de águas, qualquer que seja a sua natureza ou regime legal, sujeitas a planeamento e gestão públicos, suscetível de causar impacte significativo.

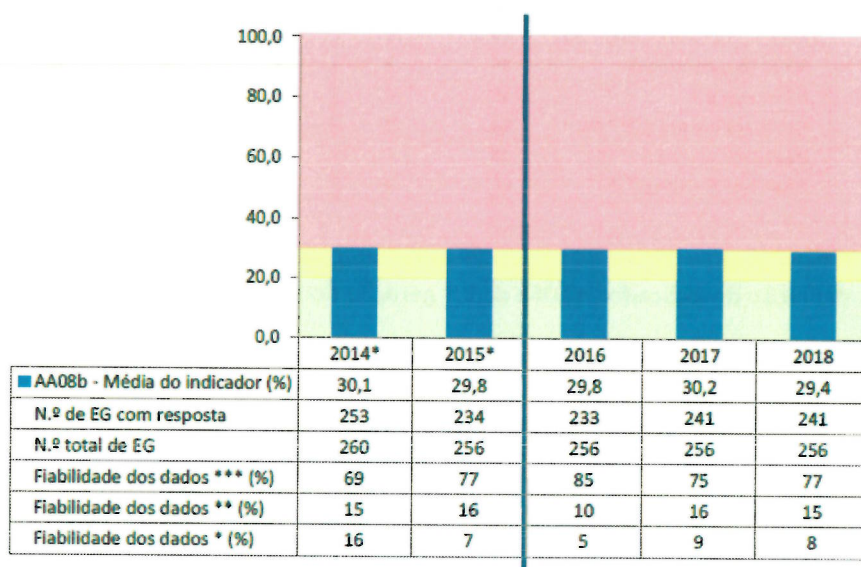
Posteriormente, através da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (que procede à alteração das normas fiscais ambientais nos setores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade), foi aditada uma disposição ao Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, que prevê que o valor das componentes A, U e S (esta última aditada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio) repercutido sobre o utilizador final pelo sujeito passivo deverá ser calculado considerando o volume de água não faturada (ANF), incluindo perdas físicas e comerciais verificadas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água. Introduziu-se, assim, um mecanismo de incentivo à redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento, o qual limita a repercussão da TRH sobre os utilizadores finais e incentiva as entidades gestoras a melhorarem o desempenho das redes de abastecimento.

O artigo 5.º-A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, atribui à ERSAR a responsabilidade de estabelecer e divulgar os valores de ANF_a (percentagem de água não faturada pela 'alta') e ANF_b, (percentagem de água não faturada pela 'baixa') aplicáveis a cada tipo de entidade gestora para o ano subsequente, considerando os objetivos de eficiência definidos para a gestão dos serviços de abastecimento de água, não devendo os valores ser superiores a 0,05 (5%), no caso da ANF_a, e 0,2 (20%), no caso da ANF_b.

No âmbito da avaliação da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, a ERSAR avalia o indicador "Água não faturada" com o objetivo de determinar o nível de perdas económicas e

físicas correspondentes à água que, apesar de ser captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, não chega a ser faturada aos utilizadores.

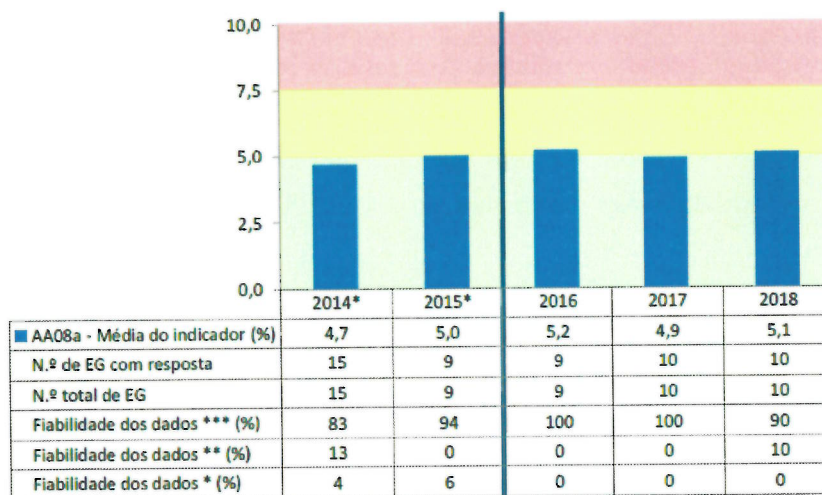
A análise da figura seguinte permite concluir que, em termos de média nacional, o indicador AA08b dos sistemas "em baixa" não tem apresentado variações significativas nos últimos cinco anos, tendo-se registado o valor médio mais elevado (30,2%) em 2017 e o valor médio mais baixo (29,4%) em 2018.



* Para os anos 2014 e 2015, o indicador "Água não faturada" corresponde à definição do indicador AA08b da 2.ª geração do sistema de avaliação.

Figura 1– AA08 Baixa – Água não faturada (%) – Evolução da média do indicador

Relativamente aos sistemas "em alta", o valor do indicador AA08a registado em 2018 (5,1%) veio contrariar a inflexão (verificada em 2017) da tendência crescente que se vinha a registar desde 2012, recolocando o valor do indicador acima dos 5,0%.



* Para os anos 2014 e 2015, o indicador "Água não faturada" corresponde à definição do indicador AA08a da 2.ª geração do sistema de avaliação.

Figura 2 – AA08 Alta – Água não faturada (%) – Evolução da média do indicador

Após análise da informação reportada pelas entidades gestoras em 2018, verifica-se que cerca de 81% das entidades gestoras em baixa (208) apresentaram o indicador "Água não faturada" com valores superiores a 20%, enquanto 40% das entidades gestoras em alta (4) apresentaram valores superiores a 5,0%.

Tendo em consideração o histórico da média nacional do indicador "Água não faturada" e o número de entidades gestoras que se encontram com valores elevados, a ERSAR, no âmbito das atribuições previstas na alínea e) do artigo 24.º dos seus Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º-A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor, propôs manter os valores ANF_a de 0,05 e ANF_b de 0,2 para o ano 2020, os quais se fundamentam e enquadram nos limites e valores definidos no n.º 2 do artigo 5.º-A do referido diploma legal.

Tratando-se de matéria com eficácia externa, e atendendo a que o número elevado de interessados a ouvir tornou impraticável a realização de audiência prévia, submeteu-se o projeto de decisão a procedimento geral de consulta pública, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo), por um prazo de 15 dias úteis, com início a 23 de dezembro de 2019 e término a 16 de janeiro de 2020, com publicitação no sítio institucional da ERSAR.

Do procedimento de consulta pública resultou a pronúncia da sociedade AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em representação das empresas do Grupo Águas de Portugal, com o seguinte comentário: "(...) É nosso entendimento que nada se tem a opor quanto à decisão de manutenção

para o ano de 2020 dos valores previstos para o ano de 2019, no que diz respeito definição dos valores de água não faturada ANF (índice a) e ANF (índice b) para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos, que correspondem a 0,05 (5%) e 0,2 (20%), respetivamente. (...)".

Assim, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos decide manter os valores ANF_a de 0,05 e ANF_b de 0,2 para o ano de 2020, os quais se fundamentam e enquadram nos limites e valores definidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º-A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor.

O Conselho de Administração

Orlando Borges

Ana Barreto Albuquerque

Paulo Lopes Marcelo